

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

Edwaldo Costa
(Organizador)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Edwaldo Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade /
Organizador Edwaldo Costa. – Ponta Grossa - PR:
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-692-8

DOI 10.22533/at.ed.928210601

1. Comunicação. 2. Mídia. I. Costa, Edwaldo
(Organizador). II. Título.

CDD 302.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O e-book “Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade” reúne não apenas as possibilidades que o campo da Comunicação enseja, mas também os desafios que se erigem na/da sociedade contemporânea, marcada pelo crescente processo de midiaticização e conflitos simbólicos presentes nas redes sociais, numa época em que a pós-verdade assume lugar de destaque. A pós-verdade constitui-se como um neologismo cada vez mais usado na compreensão de fenômenos relacionados à percepção de mundo e às novas circularidades de informações/opiniões. Em 2016, o Dicionário Oxford elegeu o termo pós-verdade, ou *post-truth*, como a palavra do ano em língua inglesa. Segundo o dicionário, a expressão indica que a opinião pessoal ou pública é mais suscetível às emoções e crenças preestabelecidas do que aos fatos objetivos. Os textos apresentados nesta coletânea foram produzidos por pesquisadores brasileiros, chilenos, colombianos e espanhóis em resposta às demandas da comunidade científica. Trata-se de uma obra transdisciplinar que versa sobre comunicação, jornalismo ético, democracia, produção radiofônica, *clusters*, educação ambiental, cultura, consumo, políticas da vida, controle social, comercial, estratégias de marca, direito a comunicação, liberdade de imprensa, *packaging*, posicionamento de marca, práticas de consumo noticioso, métodos qualitativos, política feminista nas redes sociais, *street papers*, educação inclusiva, cidadania, comunicação ambiental, ressignificação, *fake news*, semiótica e teoria dos atos de fala.

A ideia da coletânea é simples: propor análises e fomentar discussões sobre a comunicação a partir de diferentes pontos de vista: político, educacional, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, também esta precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. Por fim, sabemos o quanto importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora, capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para que estes pesquisadores exponham e divulguem seus resultados.

Prof. Dr. Edwaldo Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

JORNALISMO ÉTICO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CREDIBILIDADE: DILEMAS DO
PROFISSIONAL DE JORNALISMO NAS MÍDIAS SOCIAIS

Edwaldo Costa

Marcos Simas

DOI 10.22533/at.ed.9282106011

CAPÍTULO 2..... 14

SEMIÓTICA E A TEORIA DOS ATOS DE FALA: UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA PARA
O PROBLEMA DAS *FAKE NEWS*

Anderson Vinicius Romanini

Márcia Pinheiro Ohlson

DOI 10.22533/at.ed.9282106012

CAPÍTULO 3..... 24

PARTILHAR COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMPUTAÇÃO PARA A CIDADANIA EM
REDE

Márcia Marques

Alzimar Rodrigues Ramalho

Tatyane Mendes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.9282106013

CAPÍTULO 4..... 35

DERECHO A LA COMUNICACIÓN: UN DERECHO COMPLEJO

Bernardo Alfredo Hernández Umaña

DOI 10.22533/at.ed.9282106014

CAPÍTULO 5..... 42

ENTRAMADO DE PRÁCTICAS DE CONSUMO NOTICIOSO ENTRE LOS JÓVENES:
MÉTODOS CUALITATIVOS PARA A RECOLECCIÓN DE DADOS

Constanza Gajardo León

Tabita Moreno Becerra

DOI 10.22533/at.ed.9282106015

CAPÍTULO 6..... 57

ENTRE DICOTOMIAS E SILENCIAMENTOS: O FAZER POLÍTICO FEMINISTA NAS
REDES SOCIAIS

Mayara Larissa Benatti da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9282106016

CAPÍTULO 7..... 67

RESSIGNIFICAÇÃO NAS REDES SOCIAIS: DE “VIVER É A MELHOR CONEXÃO” PARA
“VIVER É A MELHOR CONEXÃO... INTERROMPIDA”, UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
REPERCUSSÃO DO FILME PUBLICITÁRIO DA MARCA VIVO

Thiago Silva dos Reis

DOI 10.22533/at.ed.9282106017

CAPÍTULO 8..... 75

DIFERENÇAS CONCEITUAIS SOBRE O CONSUMO NO FILME SEX AND THE CITY E NAS ESTRATÉGIAS DA MARCA ORNA

Julia Corrêa Borges dos Santos

Iris Yae Tomita

DOI 10.22533/at.ed.9282106018

CAPÍTULO 9..... 88

DEPOIS EU É QUE SOU ATRASADA? CONTROLE SOCIAL NO COMERCIAL “AVÓ” DE HAVAIANAS

Carla de Araujo Risso

DOI 10.22533/at.ed.9282106019

CAPÍTULO 10..... 99

EL *PACKAGING* COMO ELEMENTO DE POSICIONAMIENTO DE MARCA EN EL ACEITE DE OLIVA VIRGEN EXTRA *GOURMET*

Alba Merino Cajaraville

DOI 10.22533/at.ed.92821060110

CAPÍTULO 11..... 112

CLUSTER COMUNIDADE DE MEDELLÍN. DO DISCURSO DA GUERRA AO DA COLABORAÇÃO

Mónica Valle

María Teresa Herrera Echavarría

DOI 10.22533/at.ed.92821060111

CAPÍTULO 12..... 122

“JUVENTUDE EM PAUTA”: EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NUM PROGRAMA RADIOFÔNICO

Luiza Tirelli Rehbein

Emy Francielli Lunardi

DOI 10.22533/at.ed.92821060112

CAPÍTULO 13..... 134

ODETE PACHECO, A DESBRAVADORA DO RÁDIO ALAGOANO

Ricardo José Oliveira Ferro

José Wagner Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.92821060113

CAPÍTULO 14..... 144

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE CULTURA, IDENTIDADE, CONSUMO E CIDADANIA

Melissa Heberle Diedrich

DOI 10.22533/at.ed.92821060114

CAPÍTULO 15.....	156
OS DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO SOBRE ATRIBUTOS AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DE PROJETOS DE ENERGIA ELÉTRICA	
Ana Lucia Rodrigues da Silva	
Fernando Amaral de Almeida Prado Junior	
DOI 10.22533/at.ed.92821060115	
CAPÍTULO 16.....	177
OS (DES) CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO SUJEITO SURDO NA AMAZÔNIA PARAENSE	
Raimunda Berenice Pinheiro Cardoso	
Paulo Jorge Martins Nunes	
Ivone Maria Xavier de Amorim Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.92821060116	
CAPÍTULO 17.....	189
O "STREET PAPER OCAS" NA AVALIAÇÃO DE SEUS LEITORES	
Franklin Larrubia Valverde	
Marília Gomes Ghizzi Godoy	
Rosemari Fagá Viégas	
DOI 10.22533/at.ed.92821060117	
CAPÍTULO 18.....	198
COMA E UTI: POLÍTICAS DA VIDA	
Verusk Arruda Mimura	
DOI 10.22533/at.ed.92821060118	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO.....	209

PARTILHAR COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMPUTAÇÃO PARA A CIDADANIA EM REDE

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 06/10/2020

Márcia Marques

Universidade de Brasília (UnB), Departamento
de Ciências da Informação
Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/4569965899936952>

Alzimar Rodrigues Ramalho

Pesquisadora do CNPq - Jornalismo e Memória
Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/8431342874451338>

Tatyane Mendes Ferreira

Jornalista
São Paulo - SP
<http://lattes.cnpq.br/2576644212241190>

RESUMO: Este texto relata a experiência de pesquisa do projeto Partilhar na aplicação e teste de um modelo transdisciplinar para a formação de competências em Comunicação, Informação e Computação. Adotando como tema transversal a Transparência Pública, o objetivo foi testar um método de aprendizagem sobre conceitos e práticas que orientem para o acesso, uso e disseminação de informações sobre políticas públicas, além de acompanhamento e aplicação dos recursos públicos Por meio de parceria envolvendo a Universidade de Brasília (UnB), o Centro Universitário IESB, a ONG Centro de Desenvolvimento do Paranoá (Cedep) e a Fundação João Mangabeira (FJM), foram produzidos artefatos educacionais aplicados

em oficinas-teste, que permitiram aos grupos perceberem suas capazes de aprender e ensinar de forma colaborativa e continuada. O método foi testado em diferentes cidades e formações sociais, e um problema foi realçado nesse processo, que merece destaque: Com relação ao objeto da pesquisa - os Portais de Transparência, em todos os públicos onde foram aplicados os testes, a maior dificuldade dos usuários é a dificuldade de acesso às informações, muitas vezes disponibilizadas em códigos, rubricas ou signos alfanuméricas que impedem que o usuário externo ao sistema decifre o código. O material pedagógico está registrado em CC4, podendo ser reproduzido desde que citada a autoria.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, Informação e Computação (CIC), cidadania, redes.

SHARING COMMUNICATION, INFORMATION AND CENTER FOR NETWORKED CITIZENSHIP

ABSTRACT: The article presents the experiences and results of the pedagogical model developed in the project “Partilhar: Comunicação, Informação e Computação para compartilhamento da cidadania”, translated as Sharing: Communication, Information and Computing to share citizenship. The research involved four institutions: the University of Brasilia (UnB), the IESB University Center, the João Mangabeira Foundation (FJM) and the Paranoá Culture and Development Center (Cedep), all located in Brasília, capital of Brazil. The cross-cutting theme was Public Transparency - forms of monitoring, use and application of public

resources. In the first stage, pedagogical materials were produced and test-workshops were applied focusing on the training of Communication and Information competences in social networks using mobile technologies. The second part consisted on the application of the workshop plan and evaluation of its results and was not yet finalized. The objective was to inform people to use social media in a network from a citizen perspective, guiding participants to learn how they can autonomously acquire the skills and abilities necessary for the practical appropriation of the mechanisms provided by the Brazilian Transparency Law. This “teaching to learn” also proposed that learners become multipliers of knowledge, always shareable and permanently elaborated/reworked by the collective. It was based on the premise that the main obstacles to inclusion need to be overcome in an articulated way: information poverty, digital exclusion, censorship, the political use of technology, misinformation, manipulation of the media and destruction of public information.

KEYWORDS: Communication, Information And Computing (Cic), Citizenship, Network.

1 | PONTO DE PARTIDA

Este texto apresenta os resultados do “Projeto Partilhar: Comunicação, Informação e Computação (CIC) para compartilhamento da cidadania (2016-2018)”, uma pesquisa colaborativa entre quatro instituições sediadas em Brasília (DF), Brasil: Universidade de Brasília (UnB), Centro Universitário IESB, Fundação João Mangabeira (FJM) e Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep). O objetivo foi colaborar na busca por soluções de problemas hiperlocais por meio da busca de soluções pela própria comunidade, mediada pela tecnologia, sob a lógica de rede sociotécnica, em cuja trama “(...) cada indivíduo estabelece vínculos com outros, e a intersecção de seus interesses é amálgama suficiente para identificá-los não apenas como grupos, mas sim como uma rede social (Jesus & Simeão & Martins, 2016, p. 3).

Os resultados parciais foram sendo apresentadas em eventos científicos nacionais e internacionais, para troca de experiências. A pesquisa testou um modelo transdisciplinar (Nicolescu & Morin & Lima de Freitas, 1994) para a formação de competências em Comunicação, Informação e Computação para redes em ambientes digitais, tendo como base o modelo de ação de comunicação e de informação em rede em ambientes digitais, proposto por Marques (2015).

O conteúdo que unificou todos os grupos foi o tema transversal “Transparência Pública”. Por meio de demandas territoriais sobre ações de governo, os participantes puderam experienciar o processo que envolve Comunicação-Informação-Computação, na atividade prática de acesso, uso e disseminação de informações sobre políticas públicas e formas de acompanhamento de questões de interesse hiperlocal.

O método, baseado nos conceitos de Autonomia (Freire, 2019) e de Complexidade (Morin, 2015), contemplou encontros presenciais e virtuais e passou por testes em redes territoriais, com conteúdos de interesses específicos, seguindo o tema transversal:

transparência e controle social dos gastos públicos. Nesse sentido, os participantes foram incentivados a decidir sobre os subtemas de interesse para realizarem a busca ativa em portais da transparência. Ao reconhecerem suas competências e motivações, alcançaram as habilidades necessárias para, de maneira autônoma, cumprirem as tarefas a que se propuseram.

Para organizar os conceitos relativos ao tema transversal e os fundamentos teóricos da comunicação em rede, durante a fase de testes foi produzida a **Coleção De Olho na Transparência**, composta por um manual pedagógico (Marques & Ramalho, 2017) e dois guias de aplicação (Gomes org., 2017). Disponíveis em versão impressa e digital, sendo o primeiro sobre o tema transversal (transparência e orçamento público); e o outro sobre a informação e a comunicação em rede. Os guias foram organizados pela jornalista Ana Elizabeth Almeida Gomes e tiveram a participação de profissionais das áreas de design, audiovisual e jornalismo. além de acadêmicos bolsistas das duas instituições de ensino. O manual pedagógico foi elaborado por Marques e Ramalho, co-autoras do presente texto, juntamente com Ferreira, bolsista de iniciação científica na oportunidade. O acesso ao material é aberto, desde que respeitado o direito à autoria e encontra-se disponível, em língua portuguesa, no acervo do centro de Documentação (CeDoc) da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

2 | COMPLEXIDADE E PÓS-MODERNIDADE NAS REDES

A pesquisa aqui relatada partiu da necessidade do território (Região Administrativa do Paranoá (DF), de ultrapassar algumas das principais dificuldades para promover a inclusão social no contexto da pós-modernidade (Cuevas-Cerveró & Marques & Paixão, 2014): a pobreza informativa e a exclusão digital. Outros itens elencados pelos autores, como a censura, o uso político das tecnologias, a desinformação, a manipulação dos meios de comunicação e a destruição da informação pública foram temas das oficinas-teste.

A partir desta premissa, foram realizadas atividades de formação e intercâmbio de habilidades voltadas para o domínio dos processos tecnológicos, cognitivos, educativos, e, principalmente, comunicativos e axiológicos. Foram definidas ações para a comunicação em rede com vistas – no caso específico da pesquisa aqui relatada – à autonomia na habilidade de um grupo sobre o sistema de busca de informações por meio dos Portais de Transparência, tendo a oportunidade de exercer um controle social sobre a execução do orçamento público. Ou, ao menos, aprender a buscar informação na fonte, diretamente dos organismos governamentais, e fazer uso desse conhecimento da melhor forma, pelo bem coletivo.

Para isso, foram aplicadas as metodologias propostas no modelo de ação de comunicação e de informação em rede em ambientes digitais de Marques (2015). O referencial teórico fundamenta a execução de ações em três campos do conhecimento: a

Comunicação, a Informação e a Computação (CIC), possibilitando o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades para o uso da informação para a comunicação em rede em ambientes digitais. Esse modelo não diz respeito apenas à capacitação dos cidadãos no uso das tecnologias, mas, sobretudo, à formação continuada e o compartilhamento de novas informações, assentado na ideia de aprender a aprender com vistas à multiplicação das informações em novos grupos. Esses novos grupos são novas configurações de redes, que vão se unir em torno de interesses comuns, em busca da cidadania contemplada nos direitos humanos e de cidadania para a sociedade da informação (Cuevas-Cerveró & Marques & Paixão, 2014).

Para atingir essa ciber-cidadania, ou e-cidadania, ou ainda cidadania digital, é preciso incentivar os indivíduos a conquistar as habilidades necessárias para fazer respeitar o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Unesco, 1948): “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a **liberdade de, sem interferência**, ter opiniões e de **procurar, receber e transmitir informações** e ideias por quaisquer meios e **independentemente de fronteiras**”. Uma rede constituída por pessoas, estejam elas no meio digital ou não, é feita de relacionamentos, de comunicação.

3 I PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES

Esta proposta de formação de competências para a autonomia alinha-se com os ensinamentos de Paulo Freire, pois considera que cada pessoa é capaz de obter as ferramentas intelectuais indispensáveis para se **relacionar com** e **reinventar a** cultura na qual vive, de forma crítica e libertadora, focando sempre na autonomia de quem aprende e no diálogo constante, porque o conhecimento não é estático, mas complexa e socialmente construído, em processo contínuo e irregular.

Essa ideia de autonomia resgata o imaginário do autodidata, buscando desenvolver processos para que ele adquira habilidades de auto-aprendizagem para o resto da vida – a buscar, selecionar, elaborar e difundir a informação necessária e útil; qualifique-se profissionalmente para o uso das tecnologias digitais; e finalmente que tenha consciência das implicações econômicas, ideológicas, políticas e culturais da tecnologia e da mídia na sociedade em rede, por meio de encontros presenciais e atividades em grupos. Apesar de a Transparência Pública ter sido usada como tema dos eventos-teste, o modelo proposto é adaptável a qualquer tema de interesse do grupo.

O modelo é orientador para o diagnóstico e o planejamento de ações na construção coletiva de relações de comunicação negociadas entre os participantes da rede. Sendo o objetivo estabelecer procedimentos e ações que possam ser multiplicadas em diferentes espaços e grupos sociais, é importante também fazer o reconhecimento de ambientes físicos e acessibilidade digital nos espaços de aprendizagem.

Para elaborar o planejamento dos encontros presenciais que compõem o modelo

pedagógico, foram realizadas três oficinas-teste junto à comunidade na sede do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Paranoá (Cedep), com duração de três horas cada. Participaram cerca de 20 pessoas de 15 a 60 anos, todos residentes na região.

No processo de formação, foi realizada uma oficina, com o tema “Fotografia e Leitura de Imagens”, voltada para os bolsistas do projeto, para que pudessem atuar na monitoria dos encontros presenciais e no registro audiovisual de todo o processo. A partir dos resultados de cada uma das experiências, foi delineado um plano de ensino considerado completo, com duração de 20 horas aula, distribuídas entre quatro encontros semanais, de carga horária variável de acordo com a temática.

Durante a etapa de testagem, o programa foi redimensionado em encontros menores, aplicados a diferentes públicos e locais geográficos no Brasil. Uma das preocupações era verificar a adequação das tarefas aos diferentes públicos, interesses e acessibilidade tecnológica. A busca de informações em portais da transparência, como dito anteriormente, foi o tema transversal de todas as atividades dos grupos. Em todos os ambientes, de difícil acesso à rede ou totalmente inclusivos, os participantes utilizaram seus equipamentos pessoais. A aplicação do modelo em territórios diversificados permitiu verificar que o modelo proposto pode ser apropriado, re-elaborado e replicado atendendo aos mais variados interesses do conjunto de atores que compõem um grupo, como pessoas, equipamentos, capacidade da rede digital etc. Respeitados os devidos créditos de autoria, o material pedagógico encontra-se disponível no repositório do Centro de Documentação (CeDoc) da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Pode ser utilizado e mesmo reproduzido por qualquer instituição ou organização civil que desejar desenvolvê-lo, uma vez que segue os preceitos da ciência aberta, com licença Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR. A versão original (2016-2018) teve apoio da Fundação João Mangabeira e está registrada no Projeto de Extensão “Partilhar”, da FAC-UnB e citada nas referências.

4 | PLANEJAMENTO, PRODUÇÃO E TESTES

O projeto Partilhar contou com o apoio do Centro de Desenvolvimento do Paranoá (Cedep), uma Organização Não Governamental presente há cerca de 30 anos no Paranoá, uma das 31 regiões administrativas (RAs) de Brasília. Uma região historicamente vulnerável, com aproximadamente 65 mil habitantes, tem renda familiar de R\$ 2,4 mil, 10% dos habitantes têm ensino superior completo. Apenas para efeito de comparação socioeconômica, a RA vizinha, chamada “Lago Sul”, com 30 mil habitantes, tem renda familiar média de R\$ 22 mil, cerca de 80% dos moradores têm ensino superior completo e mais de 16% das pessoas ganham acima de 20 salários mínimos, como servidores da administração pública federal e profissionais liberais (fonte: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2018).

Em 1957, após o término da construção da barragem que viabilizou a formação do Lago Paranoá, os barrageiros, além de permanecerem no local com suas famílias, outros trabalhadores da nova capital federal (inaugurada em 1960) mudaram-se para a área próxima à antiga vila, somando cerca de 3 mil pessoas. Em 1964, o local se transformou em Região Administrativa, tendo sido efetivamente implementada com o Decreto nº 11.921 (1989), quando foram fixados os novos limites e a transferência do assentamento para área definitiva do Paranoá, mais distante da barragem e da área nobre ao redor do lago.

O Cedep - parceiro da pesquisa - foi criado há cerca de 30 anos, nesse contexto de exclusão territorial e social. Partiu da luta de mulheres em um movimento por moradia, pois o assentamento era totalmente desordenado e sem os serviços públicos mínimos. Desde então, a entidade é vocacionada para atividades de formação da comunidade, atuando em parceria com a Universidade de Brasília em dezenas de projetos.

Para as ações com foco na formação da cidadania, o modelo prevê atividades presenciais e virtuais. O plano de trabalho e a fase de aplicação na produção e execução das oficinas presenciais foram realizados entre agosto de 2016 e abril de 2017. Nos primeiros três meses foram definidas a equipe e as parcerias institucionais, a aproximação com os aportes teóricos sobre comunicação em rede e transparência pública, e a aproximação com a comunidade do Cedep para uma percepção conjunta dos temas que deveriam ser abordados nos encontros presenciais de sensibilização.

A primeira oficina-teste foi sobre “Linguagem Audiovisual e Leitura da Mídia”, com duração de nove horas, realizada em dezembro de 2016, em três sábados. A segunda oficina, com duração de três horas, compôs a programação institucional da Semana da Mulher com um debate sobre violência de gênero e o uso dos mecanismos da transparência pública para denúncia de crimes.. Como resultado prático, uma das participantes passou a integrar - por iniciativa própria - a equipe de comunicadores da Rádio Comunitária do Paranoá, com participação ativa na promoção de diálogos e debates progressistas sobre a região .

Para testar a aplicabilidade em outros públicos e ecossistemas de rede,, o modelo também foi apresentado em ambientes diversos: Em Aracaju (SE), no Seminário Hispano-Brasileiro de Competência em Informação, foi ministrada uma oficina de aplicação prática com estudantes de pós-graduação das áreas de biblioteconomia, jornalismo e pedagogia e com professores do Instituto Luciano Barreto Júnior, que atuam com jovens em situação de vulnerabilidade na periferia da capital sergipana. O primeiro grupo ocupou-se de aprender a pesquisar nos portais de transparência; o segundo, na reflexão sobre ações possíveis de serem implementadas com os jovens, boa parte deles hábeis no uso de dispositivos móveis para a comunicação.

No segundo semestre de 2017, uma importante etapa da pesquisa se concretizou, com a publicação do manual pedagógico (fruto de observações das oficinas-teste) e dos dois guias de transparência e de comunicação em rede, foram finalizados dois vídeos

em formatos de reportagem e motion-graphics, para esclarecer alguns conceitos que se fizeram necessários, considerando uma comunicação em multiplataforma. Os vídeos foram produzidos pelos bolsistas e estão disponíveis em <https://www.youtube.com/channel/UC8FjmY9hDmv6PIBArYoawIQ>.

A equipe retornou ao Paranoá para a realização da terceira oficina, focada no tema transversal, utilizando o conhecimento sobre a legislação que rege a Transparência Pública para a parte prática: o acompanhamento do uso de recursos públicos em determinada ação no território. Com duração de 20 horas, foram quatro sábados, de agosto a outubro. Respeitando a escolha dos participantes, o subtema foi a promessa de duplicação de um trecho de uma das rodovias federais que atendem à população local - a BR 020, que contorna a região e passa por Goiás, Bahia, Piauí e Ceará, respondendo pelo maior volume de mortes no trânsito no Distrito Federal. Mesmo estando prevista em orçamento há vários anos, as obras ainda não foram realizadas.

Por meio de palestras e relatos de experiências sobre busca de dados em portais de acesso público, um grupo de 10 participantes foi orientado para o uso do Portal da Transparência do Distrito Federal (<http://www.transparencia.df.gov.br>) fazendo uso da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.507/2011 pela sua plataforma digital <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>).

Em novembro, em Brasília (DF), novamente o método foi testado em evento de 8 horas de duração, com cerca de 20 membros dos poderes Executivo e Legislativo das esferas federal, estadual/distrital e municipal, além de assessores parlamentares, filiados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Foi um seminário organizado pela Fundação João Mangabeira, uma das parceiras da pesquisa. Após palestras formadoras sobre excelência em portais da transparência e os direitos à informação e à comunicação a partir do uso de redes, os participantes vivenciaram o difícil processo de obtenção de informações oficiais.

Aplicando o modelo, divididos em duplas ou trios, eles buscaram informações nos portais da transparência de seus próprios estados e/ou municípios, e a exemplo do ocorrido com o grupo do cedep-Paranoá, esse grupo também encontrou dificuldades de acesso às informações. Muitas, inclusive, indisponíveis, embora se tratassem de direito ao acesso aberto. Um claro problema de comunicação, interferindo na efetivo cumprimento da legislação. As informações estão disponíveis, mas não estão acessíveis.

Independentemente da qualificação, conhecimento anterior sobre o uso das tecnologias e acesso a equipamentos, em todos os públicos onde foi aplicada a pesquisa, concluímos que o modelo pode ser replicado de forma bastante simples. mas, quanto ao tema transversal “Transparência Pública”, ficou clara a dificuldade em localizar, selecionar e consumir informações em portais da transparência. Mesmo tendo demonstrado alguma afinidade com o tema, por meio de oficinas de sensibilização e orientação para o acesso às informações, o processo prático demonstrou que há uma deficiência no processo de comunicação. O conteúdo torna-se inacessível em decorrência da linguagem extremamente

técnica desses portais. A forma pela qual os dados são disponibilizados, em códigos numéricos e letras aleatórias, exigem um conhecimento qualificado e específico sobre contabilidade pública, o que está longe de ser uma comunicação adequada à finalidade das leis que tratam da transparência pública como um direito do cidadão..

5 I REFLEXÕES E PRÓXIMOS PASSOS

Passados dois anos da pesquisa aqui apresentada, esta reflexão tem que ser contextualizada a partir das experiências subsequentes que aprofundaram as relações de aprender/ensinar em redes em ambientes digitais e também da eclosão da pandemia de coronavírus, que intensificou as relações mediadas pelos sistemas computacionais, pelas megaplataformas que controlam os fluxos de informação na internet.

Uma das conclusões das etapas vivenciadas está relacionada com necessidade de os sujeitos – atores humanos – precisarem adquirir competências em Comunicação, Informação e Computação para que possam transitar de maneira autônoma pelas redes que se conectam nos ambientes digitais. Estas competências (Warschauer, 2017) dizem respeito a um saber-agir, implicam uso de repertório de recursos que estão em diferentes campos do conhecimento, que demandam capacidades cognitivas e relacionais diversas e também pedem a mescla de conhecimento acadêmico e senso comum. A sociedade deve, também, exigir dos poderes constituídos uma atenção à qualidade da organização e oferta das informações por meio dos seus portais de transparência, com uma linguagem compreensível a todos os estratos sociais.

O essencial é que a proposta de aprender a aprender estimule uma pesquisa que parta dos problemas vividos pelo grupo, como foi o caso do aprendizado sobre as leis da Transparência e de Acesso à Informação em torno da rodovia; ou temas específicos de cada grupo nos demais testes de aplicabilidade.

Também é fundamental que a ética sirva de suporte a todo o processo, que haja rodas de conversa (mesmo que por meios digitais) para a definição coletiva sobre os temas a serem trabalhados. O processo deve ser solidário, com a busca de parcerias com bibliotecas e incentivo à implantação de unidades de encontros presenciais, para fortalecimento das relações pessoais.

O tema transversal “Transparência Pública e o controle social dos gastos”, mote para a aplicação do Projeto Partilhar, abriu espaço para a formação de competências em Comunicação, Informação e Computação (CIC) em ambientes digitais. A **Comunicação** esteve presente nos módulos sobre processos de comunicação midiática, linguagem audiovisual, na comunicação pública (portais da transparência) e na comunicação interpessoal no ambiente digital para que a rede se mantivesse ativa e com temas coerentes com seus objetivos; a **Informação** foi contemplada nas etapas de busca de informações em portais da transparência, possibilitando aos participantes a compreensão

de conceitos importantes como algoritmos ou busca semântica em bases de dados, por exemplo. E a **Computação** esteve presente na etapa de monitoramento (apoio no uso dos equipamentos) para o uso dos portais da transparência.

É preciso, também, compreender que há muita aprendizagem no erro. Partilhar é ao mesmo tempo um momento de confrontação de pontos de vista, de troca e também de envolvimento com o outro. Deve ser momento de reflexão sobre o tempo e o espaço, ou, como propõe Freire (2019), de uma autorreflexão, que parte de um indivíduo que tem a compreensão do tempo passado e que faz a projeção para o futuro. Esta proposta considera que o papel da educação é “orientar a aprender democracia com a própria democracia” (Freire, 2019, p. 122).

No primeiro semestre de 2018, o foco foi a organização dos produtos resultantes das atividades acima descritas: livros, tutoriais, curadoria digital sobre transparência pública, vídeos e outras ferramentas de comunicação. O modelo pode ser aplicado em outras realidades, sempre respeitando o conhecimento coletivo de cada comunidade, assim como suas necessidades e problemas a serem resolvidos. Todo o material, assim como a descrição da pesquisa, está disponível para acesso público por meio do Centro de Documentação (CeDoc) da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

A organização dos participantes em redes territoriais, no nosso entendimento, é condição fundamental para o sucesso das redes sociais virtuais. Mas, como aponta o “legado” da pandemia, a presença física será cada vez mais reduzida, enquanto os efeitos do vírus Conid 19 não forem controlados. Mais do que a formação de competências para o uso da mais nova tecnologia do momento no planejamento de ações educativas em rede, é necessário ampliar o espectro de conhecimento para o **relacionamento** em rede, para os processos de troca, para os fluxos de informação.

É importante salientar que essa metodologia vai além do conhecimento de hardwares, softwares ou aplicativos para dispositivos móveis. É fundamental o papel do facilitador nesse processo de aprendizagem, para que o grupo aprenda a se reconhecer como parte importante da rede, enxergar o que pode e/ou quer fazer junto e quais competências - individuais ou coletivas - são necessárias para a realização das ações a que se propõem. Neste caso específico, o acesso a informações sobre orçamento público com a utilização da Lei da Transparência brasileira.

REFERÊNCIAS

Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2016). **PDAD 2018**. Recuperado em 14 de Fevereiro, 2018, de <http://www.codeplan.df.gov.br/component/content/article/261-pesquisas-socioeconomicas/319-pdad-2015.html>.

Cuevas-Cerveró, A., Marques, M. & Paixão, P. B. S. (2014). **A alfabetização que necessitamos:** informação e comunicação para a cidadania. *Inf. & Sociedade*, 24 (2), pp. 35-48.

CUEVAS, A. & Simeão, E. (Eds.) (2011). **Alfabetização informacional e inclusão digital**: modelo de infoinclusão social (pp. 21-37). Brasília: Thesaurus editora.

GOMES, A. E. A.; COUTINHO, J. F.; MARQUES, Márcia. (org). **Guia Transparência e orçamento público**: exercício para a cidadania. Brasília: Ed. FJM; 2017. Coleção De Olho na Transparência. Volume II

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. (12ª ed). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Freire, P. **Educação como prática da liberdade**. SP: Ed. Paz e Terra, 2019

Geraldes, E. (2014) Política de comunicação nas organizações: a terceira esfera. In Sobrinho, A. B. F. & Renault, D. (Orgs.). **Muito Além dos meios**: Comunicação Organizacional, desafios e interfaces. Brasília: UnB.

Gomes, A. E. A. (Org.). (2017). **Guia para a comunicação nas redes sociais**: o uso de redes no controle social das contas públicas. (Coleção De Olho na Transparência). Brasília: Editora FJM. Recuperado em 14 de Fevereiro, 2018, de <http://www.fjmangabeira.org.br/deolhonatransparencia>

Gomes, A. E. A. (Org.). (2017). **Guia Transparência e Orçamento Público**: exercício para a cidadania. (Coleção De Olho na Transparência). Brasília: Editora FJM. Recuperado em 14 de Fevereiro, 2018, de <http://www.fjmangabeira.org.br/deolhonatransparencia>

Jesus, M. S. & Simeão, E. L. M. S. & Martins, W. J. (2016). Rede sociotécnica na governança de políticas públicas: o contexto da comunicação extensiva. **Revista ACB: Biblioteconomia**. V. 21, n. 1, pp. 17-26.

Lei n. 12.507 de 11 de outubro de 2011 (2011). Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo. Brasília, DF. Recuperado em 14 fevereiro, 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12507.htm.

Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009 (2009). Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 14 fevereiro, 2018, de http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm.

López, P. L., & Samek, T. (2011). Inclusão digital: um novo direito humano. In Cuevas, A. & Simeão, E. (Ed.) **Alfabetização informacional e inclusão digital: modelo de infoinclusão social** (pp. 21-37). Brasília: Thesaurus editora.

Marques, M. (2015). **Modelo de ação comunicativa e de informação para redes sociais em ambientes digitais**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Marques, M. (Org.), & Ramalho, A. (2017). **Aprender a aprender em rede: manual pedagógico**. (Coleção De Olho na Transparência). Brasília: Editora FJM. Recuperado em 14 de Fevereiro, 2018, de <http://www.fjmangabeira.org.br/deolhonatransparencia>

Morin, E. (2015). **Introdução ao pensamento complexo**. (5ª ed). Porto Alegre : Sulina.

Nicolescu, B., Morin, E. & Lima de Freitas (1994). **Carta da Transdisciplinaridade**. Recuperado em 12 Setembro, 2017, de <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/textos/carta.pdf>.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Recuperado em 12 Setembro, 2017, de http://www.un.org/en/udhrbook/pdf/udhr_booklet_en_web.pdf.

Warschauer, Cecília. **Rodas em rede**: oportunidades formativas na escola e fora dela. Editora Paz e Terra. 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidadania 24, 25, 27, 29, 32, 33, 86, 127, 144, 148, 149, 150, 151, 155, 164, 177, 189, 190, 192, 196

Clusters 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120

Comunicação 2, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 54, 59, 67, 68, 69, 72, 86, 88, 90, 91, 94, 95, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 140, 142, 144, 146, 148, 149, 151, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 168, 171, 173, 175, 177, 184, 186, 189, 190, 191, 194, 196, 198, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208

Consumo 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 105, 106, 109, 129, 144, 145, 150, 151, 152, 155, 196

Controle social 26, 31, 33, 88, 97

Cultura 25, 27, 34, 35, 41, 43, 55, 59, 61, 69, 74, 80, 91, 95, 98, 106, 108, 112, 123, 124, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 166, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 196, 207

D

Discurso 18, 52, 54, 60, 63, 65, 68, 70, 89, 93, 97, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 125, 129, 144, 145, 146, 165, 178, 180, 187

Discurso da guerra 112, 115

Discursos circulantes 88, 93

E

Educomunicação 127, 144, 148, 149, 150, 153, 154

Energia elétrica 114, 145, 156, 157, 166, 167, 174

Era pós-massiva 67

Estratégia de guerra 114

Estratégias 17, 68, 75, 76, 84, 86, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 123, 125, 146, 159, 160, 162, 163, 165, 173, 178

Ética jornalística 7

F

Fake news 10, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 123, 124

Feminismo 57, 64, 66, 153

J

Jornalismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 19, 24, 26, 29, 140, 144, 147, 148, 155, 189,

192, 194, 208

Jornalismo ambiental 144, 147, 148, 155

Jornalismo ético 11

L

Liberdade de expressão 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 60

Liberdade de imprensa 7, 10

Liberdade de informação 7

Linguagem 8, 14, 15, 16, 21, 23, 29, 30, 31, 60, 65, 116, 119, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 144, 153, 164, 169, 171, 183, 184, 187, 192

Linguagem radiofônica 129, 130

M

Marketing 68, 69, 74, 79, 92, 99, 100, 102, 104, 109, 110, 114, 115, 116, 133, 156, 157, 158, 159, 166, 173, 174, 175

Meios de comunicação 2, 12, 26, 67, 69, 88, 133, 146, 156

Mídias 2, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 98, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 133, 148, 156, 164, 165, 206

Mídias na escola 124

Mídias sociais 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 19, 69, 133, 156, 164, 165

Modernidade 26, 59, 66, 90, 144, 150, 151, 154

N

Notícia 4, 10, 11, 14, 18, 125, 145

Novas tecnologias 1, 3, 126

O

Odete Pacheco 134, 135, 138, 140, 141, 142, 143

Opinião pública 9, 12, 22, 88, 89, 147, 162

Orna 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87

P

Packaging 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Plataforma digital 30

Política 1, 2, 8, 9, 11, 33, 36, 38, 40, 41, 50, 57, 59, 66, 113, 114, 118, 123, 124, 127, 151, 153, 160, 162, 164, 180, 190, 191, 195

Pós-modernidade 26, 144, 150, 154

Pós-verdade 2, 14

Produção radiofônica 122, 131

Publicidade da Vivo 67

R

Rádio 4, 7, 29, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Rádio como ferramenta pedagógica 123

Redes sociais 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 22, 32, 33, 57, 58, 59, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 124, 126, 128, 146

Ressignificação 67

S

Semiótica 14, 15, 16, 20, 22, 23, 208

Sex and the city 75, 76, 79, 81, 85, 86

Socioambiental 144, 148, 149, 150, 154

Surdo 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

T

Tecnologias da informação e comunicação 122, 123

U

UTI 198, 199, 202, 203, 206

W

Web-rádio escola 122, 123, 125, 128

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 